



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEPUTADO GALBA NOVAES  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 288/2019  
Data: 20/02/2019 - Horário: 14:26

Legislativo

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO O TÍTULO II DA RESOLUÇÃO Nº 369, DE 11 DE JANEIRO DE 1993, “REGIMENTO INTERNO” ACRESCENTANDO A OUVIDORIA PARLAMENTAR, ALTERA O ART. 298 DO CAPÍTULO II QUE TRATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, aprova:

**Art. 1º** É acrescido o seguinte Capítulo II-A, no Título II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa:

#### **CAPÍTULO II-A** **Da Ouvidoria Parlamentar**

**Art. 69-A** A Ouvidoria Parlamentar integra a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

**Parágrafo único.** A Ouvidoria Parlamentar é um órgão de interlocução entre a Assembleia Legislativa e a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de solicitações, pedidos de informações, reclamações, sugestões, e quaisquer outros encaminhamentos da sociedade, desde que relacionados ao Poder Legislativo Estadual.

**Art. 69-B** Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

b) ilegalidades, atos de improbidade administrativa ou abuso de poder;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO GALBA NOVAES**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

---

c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;

d) dar prosseguimento às manifestações recebidas.

II – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III – propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembleia Legislativa;

IV – propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

V – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, à Polícia Federal, ao Ministério Público, ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

VI – responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Assembleia Legislativa sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse;

VII – realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil.

VIII - informar o cidadão ou entidade qual o órgão a que deverá dirigir-se, quando manifestações não forem de competência da Ouvidoria Parlamentar;

IX - organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria, facilitando o amplo acesso do usuário aos serviços da Ouvidoria, simplificando seus procedimentos e orientando os cidadãos sobre os meios de formalização das mensagens a serem encaminhadas à Ouvidoria Parlamentar.

X – elaborar relatório semestral das atividades da Ouvidoria Parlamentar para encaminhamento à Mesa Diretora e posterior divulgação aos Deputados;

XI - auxiliar a Mesa Diretora na tomada de medidas necessárias para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados, assim como, para manter a regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos.

**§ 1º** A Ouvidoria Parlamentar responderá em até 10 (dez) dias úteis, a contar do seu recebimento, as mensagens que lhes forem enviadas, sendo que esse prazo será de 30 (trinta) dias úteis, quando a demanda necessitar de encaminhamentos ou respostas de outros órgãos.





ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEPUTADO GALBA NOVAES  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**§2º** Admitir-se-á prorrogação do supracitado prazo, por igual período, quando a complexidade do caso assim o exigir.

**Art. 69-C** A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor-Geral e dois Ouvidores Substitutos designados dentre os membros da Casa pelo Presidente da Mesa Diretora, a cada dois anos, no início da sessão legislativa, admitida a recondução no período subsequente.

**Parágrafo único.** O Presidente deverá designar um Ouvidor Substituto, que assumirá as funções do Ouvidor- Geral em seus impedimentos e ausências.

**Art. 69-D** O Ouvidor-Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I – solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Assembleia Legislativa;

II – ter vista no recinto da Casa de proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros que se façam necessários;

III – requerer ou promover diligências e investigações, quando cabíveis.

**§1º:** Os órgãos internos da administração da Assembleia Legislativa terão prazo de até 10 (dez) dias úteis para responder às requisições e solicitações feitas pelo Ouvidor, prazo este que poderá ser prorrogado, a seu critério, em razão da complexidade do assunto.

**§2º:** A demora injustificada na resposta às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor-Geral poderá ensejar a responsabilização da autoridade ou do servidor.

**Art. 69-E** Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa.

**Art. 2º** O art. 298 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 298** As petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas ou imputadas a membros da Casa, serão recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso, desde que: (NR)



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEPUTADO GALBA NOVAES  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

I – encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificada, em formulário próprio, ou por telefone, com a identificação do autor; (NR)

II – o assunto envolva matéria de competência da Assembleia Legislativa. (NR)

**Parágrafo único:** O Ouvidor Parlamentar, membro da Comissão ou Mesa, a que for distribuído o processo, exaurida a fase de discussão, apresentará relatório circunstanciado no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, do qual se dará ciência aos interessados, e publicado no Diário Oficial da Casa Legislativa. (NR)

**Art. 3º** A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa deverá assegurar à Ouvidoria Parlamentar apoio físico, técnico e administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

**Art. 4º** A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa baixará os atos complementares necessários ao desempenho de atividades da Ouvidoria Parlamentar.

**Art. 5º.** As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verba própria do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 2019.

  
**Deputado GALBA NOVAES**  
MDB





ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO GALBA NOVAES  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

## JUSTIFICATIVA

Ouvidoria Parlamentar é um instrumento democrático de controle e avaliação que permite acompanhar, sugerir e comentar a atuação política dos representantes do povo, contribuindo para a construção e fortalecimento da democracia, com ética e transparência

Antigamente – e isso não faz muito tempo – no Brasil a relação entre eleitores e eleitos começava e terminava nas urnas. Era como se, após o voto depositado, desaparecesse o vínculo entre os cidadãos e os escolhidos.

Hoje, os tempos são outros e a ligação entre a sociedade e os políticos começa nas urnas e se prolonga por todo o mandato. O cidadão tem a oportunidade de acompanhar o desempenho do seu deputado, de quem espera atuação em defesa do interesse coletivo e popular.

E o Poder Legislativo se tornou mais transparente e acessível. A criação da Ouvidoria Parlamentar é o exemplo mais notável disso, porque é instrumento de participação popular e sua importância vem crescendo cada dia um pouco mais, avançando gradativamente, e suas atribuições também são mais compreendidas.

A criação de uma Ouvidoria Parlamentar estreita a comunicação entre a sociedade e o Poder Legislativo, permitindo que o cidadão participe do processo de elaboração e discussão das leis do país. É uma maneira eficaz de demonstrar compromisso e comprometimento com a sociedade.

A Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, criada em 2001, se aproxima de seu 10º aniversário reconhecidamente como o principal espaço de diálogo entre a sociedade e o Parlamento. Ao criá-la, em iniciativa



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO GALBA NOVAES**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

pioneira no Poder Legislativo, na gestão do ex-Deputado Aécio Neves, a Câmara dos Deputados deu uma grande demonstração de ser o maior espaço de acessibilidade ao público.

É por meio das ouvidorias que o cidadão manifesta seu pensamento, interferindo diretamente nas decisões do poder público e legitimando a democracia.

A existência das ouvidorias públicas comprova que a população reclama um novo modelo de gestão governamental, que saiba priorizar o respeito à diversidade humana e às demandas do cidadão, principalmente àquelas relacionadas aos direitos fundamentais.

Como se vê, trata-se de uma proposta que unirá sociedade e o Poder Legislativo em prol de uma causa comum: uma democracia melhor. Diante do exposto, solicito dos Nobres Parlamentares a apreciação e o apoio m aprovação desta proposta de Lei.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 2019.

  
**Deputado GALBA NOVAES**  
MDB